

Transferências Condicionadas de Renda (TCR) Reduzem a Pobreza?

por Eduardo Zepeda, Centro Internacional de Pobreza

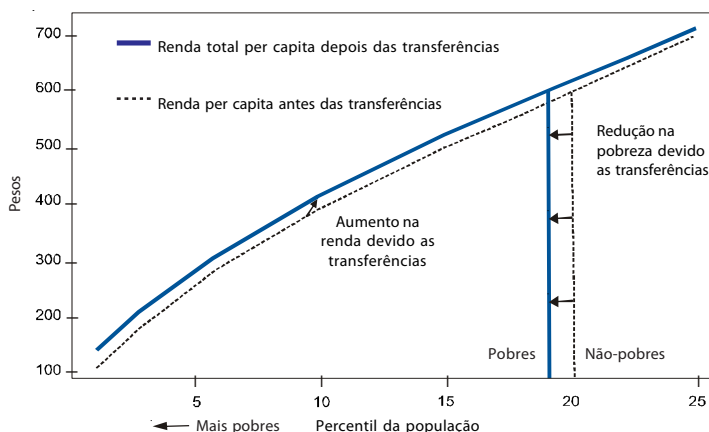
Os programas de Transferências Condicionadas de Renda (TCR), criados na América Latina, são geralmente identificados como uma nova geração de políticas contra a pobreza. Eles se caracterizam como transferências focalizadas em domicílios pobres, baseadas na condição de que os beneficiários protejam e construam suas capacidades humanas – por exemplo, de que crianças devam freqüentar escolas e/ou todos os membros da família devam ir regularmente a postos de saúde.

As avaliações confirmam que estas transferências de renda atingem de fato os pobres. Estes programas também contribuem para a elevação da taxa de freqüência escolar (incluindo a progressão do ensino primário para o secundário), promovem um incremento no uso de serviços básicos à saúde e melhoram a nutrição. Apesar de algumas preocupações iniciais, as TCR não prejudicaram a vontade de trabalhar; na verdade, houve, em alguns casos, a redução desejável do trabalho infantil. A presente análise concentra-se no impacto das TCR sobre a pobreza de renda.¹

Certamente, as TCR são financeiramente viáveis: os seus orçamentos representam normalmente 1-2% do PIB. Em 2004, em meio à sua expansão, os programas Bolsa Família (incluindo o Bolsa Escola), do governo brasileiro, e Oportunidades, do governo mexicano, atingiam 8 milhões e 5 milhões de domicílios, respectivamente. Estes programas não apresentam um vazamento significativo de recursos para os não-pobres. Contudo, uma das maiores críticas é que as TCR parecem gerar apenas uma leve redução na pobreza – mesmo em países onde existe uma ampla cobertura, como o Brasil e o México.

Apesar desta crítica parecer válida, ela é enganosa. O gráfico 1 apresenta a renda total *per capita* (pontilhada) dos 25% mais pobres da população mexicana antes e depois das transferências do programa *Oportunidades*. Assumindo que 20% da população sejam pobres, estas transferências reduzem a taxa de incidência da pobreza para cerca de 19%. De forma semelhante, verificam-se também reduções modestas de pobreza no caso de se considerar taxas de pobreza menores que 20%. No Brasil, para uma linha de pobreza estabelecida como metade do salário mínimo, a redução na taxa de pobreza é de 15% para 13%.²

Gráfico 1
Renda per capita e TCR no México, 2004

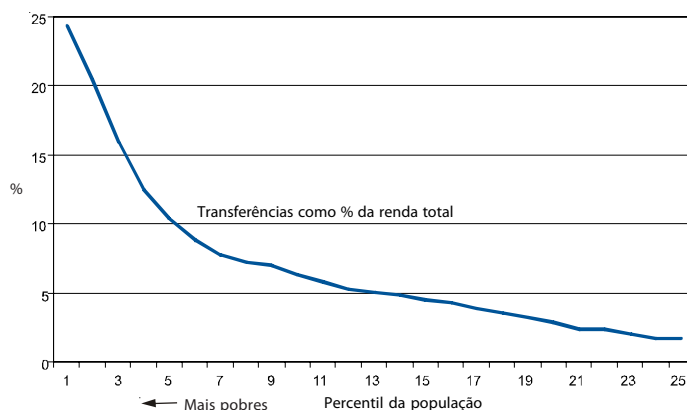


Concentrar-se, porém, nas mudanças das taxas de incidência de pobreza evidencia apenas uma pequena parcela do benefício total das TCR. Seu impacto na pobreza deve ser medido pelo efeito provocado pelas transferências em todos os indivíduos pobres, independentemente de ultrapassarem ou não a linha de pobreza.

O gráfico 2 mostra que, para os 25% mais pobres no México, as transferências de renda podem representar uma parte importante de seu rendimento total. A proporção das transferências no rendimento total é alta para os mais pobres (podendo atingir até 25%) e diminui à medida que o rendimento aumenta. No Brasil, a proporção das transferências chega até cerca de 50% do rendimento total dos mais pobres. Conseqüentemente, medidas de pobreza mais sensíveis aos mais pobres, como por exemplo, a intensidade ou a severidade da pobreza, mostram mudanças mais importantes. Enquanto a incidência da pobreza diminui em 5%, a intensidade da pobreza e a severidade da pobreza diminuem em 12% e 19%, respectivamente.

Gráfico 2

Proporção das TCR na renda total per capita. México, 2004



Assim, um programa de TCR financeiramente viável, caracterizado por transferências bem focalizadas, pode fazer uma enorme diferença na renda dos domicílios pobres. É claro que as TCR não substituem ações de criação de emprego em larga escala, que podem criar uma geração de renda sustentável. No curto prazo, não se pode esperar que as TCR reduzam a pobreza de uma forma significativa. Todavia, elas oferecem, sem dúvida, um relevante suporte de recursos aos domicílios pobres. Neste sentido, elas desempenham um papel valioso como proteção social básica. Se bem desenhadas, elas podem apresentar um maior impacto positivo a longo prazo ao melhorar as capacidades humanas dos pobres.

Referências:

1. "Social Protection: the role of cash transfers." *Pobreza em Foco*, Junho, 2006.
2. Soares et al, "Cash Transfer Programmes in Brazil: Impacts on Inequality and Poverty." IPC Working Paper 21, 2006.

O **Centro Internacional de Pobreza** (CIP) é um projeto conjunto do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Governo Brasileiro, que tem como finalidade a promoção da Cooperação Sul-Sul em pesquisa aplicada e treinamento sobre temas relacionados à pobreza. O CIP se especializa na análise dos temas da pobreza e da desigualdade e na provisão de recomendações para a formulação de políticas direcionadas à redução da pobreza. O CIP é diretamente vinculado ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o qual elabora pesquisas no âmbito do Governo Brasileiro, e ao Bureau for Development Policy, PNUD.

O CIP publica Working Papers, Policy Research Briefs, edições da revista *Poverty in Focus*, One Pagers e Country Studies.

Para informações adicionais e acesso às publicações do CIP:
www.undp-povertycentre.org